

Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO



Comarca da Região Metropolitana de Maringá

Nome do candidato:

QUESTÕES OBJETIVAS

1) É defeso ao Juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado. Esse enunciado normativo refere-se ao princípio processual da:

- a) obrigatoriedade da jurisdição.
- b) eventualidade.
- c) inércia jurisdicional.
- d) adstrição ou congruência.
- e) reciprocidade decisória.

2) Jurisdição é:

- a) a faculdade atribuída ao Poder Executivo de propor e sancionar leis que regulamentem situações jurídicas ocorridas na vida em sociedade.
- b) a faculdade outorgada ao Poder Legislativo de regulamentar a vida social, estabelecendo, através das leis, as regras jurídicas de observância obrigatória.
- c) o poder das autoridades judiciárias regularmente investidas no cargo de dizer o direito no caso concreto.
- d) o direito individual público, subjetivo e autônomo, de pleitear, perante o Poder Judiciário a solução de um conflito de interesses.

3) Uma pessoa detentora de título de crédito extrajudicial líquido, certo e exigível, objetivando receber a importância constante na cártula, ajuíza ação de cobrança em face do credor (procedimento comum). Nesse contexto fático e diante do que estabelece o Código de Processo Civil vigente:

- a) é incabível o ajuizamento da ação de cobrança ante a falta de interesse processual, vez que deve ajuizar ação de execução, por constituir meio próprio e mais célere para a satisfação de sua pretensão.
- b) é cabível o ajuizamento da ação de cobrança, pois a existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.
- c) é inviável o pedido de cobrança, haja vista que o caso posto é de fazer uso de mandado de segurança por consistir o título líquido, certo e exigível em direito líquido e certo.
- d) a ação de cobrança consiste na melhor alternativa para o credor que deseja receber uma dívida vencida e representada por um título de crédito.

4) A respeito dos prazos processuais, segundo o Código de Processo Civil:

- a) sua contagem é feita apenas em dias úteis, ficando suspenso o seu curso no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive;
- b) sua contagem é feita em dias corridos, ficando suspenso o seu curso no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive;

- c) sua contagem é feita em dias corridos e ininterruptamente ao longo do ano;
- d) sua contagem é feita em dias úteis e ininterruptamente ao longo do ano.

5) Por ocasião da decisão saneadora, o juiz poderá realizar os seguintes atos, exceto:

- a) definir a distribuição do ônus probatório;
- b) designar audiência de instrução;
- c) nomear curador ao réu revel;
- d) fixar os pontos controvertidos.

6) Com relação à curatela dos interditos, pode-se afirmar:

- a) a interdição, uma vez decretada judicialmente, é irreversível por força da soberania da coisa julgada;
- b) o curador faz jus a uma remuneração, que poderá ser deduzida dos rendimentos que o interditado possua;
- c) para alienar bens do interditado, demonstrada a necessidade, o curador dependerá sempre da anuência dos pais daquele;
- d) a alienação de bens do interditado depende de autorização judicial.

7) Assinale a alternativa correta sobre o tema da responsabilidade civil:

- a) não se admite a culpa concorrente no direito civil brasileiro;
- b) os danos morais podem ser cumulados com os danos estéticos;
- c) a responsabilidade objetiva é aquela que necessita da comprovação da culpa para a imposição do dever de indenizar;
- d) o Código Civil estabelece quais são as regras objetivas que o juiz deverá considerar para calcular o valor devido a título de indenização por danos morais.

8) De acordo com o Código Civil, as formas de aquisição da propriedade imóvel incluem:

- a) usucapião e detenção;
- b) acessão e ocupação;
- c) tradição e acessão.
- d) usucapião e registro.

9) A consignação em pagamento tem lugar:

1. quando o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos.
2. se é o credor que paga a dívida do devedor comum.
3. se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento.
4. se pender litígio sobre o objeto do pagamento.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2;
- b) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4;
- c) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4;
- d) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

10) Ocorrendo um acidente de trânsito entre o veículo A e o veículo B, sendo ambos protegidos por seguro e presumindo-se aqui que a culpa seja do condutor do veículo B, é correto afirmar:

- a) o proprietário do veículo A precisa primeiro acionar o seu próprio seguro para, depois de deduzida a indenização que receber, pleitear judicialmente do proprietário do veículo B a eventual diferença que ainda tenha a receber;

- b) o proprietário do veículo A não pode propor a sua ação indenizatória diretamente em face da seguradora do veículo B, em litisconsórcio passivo com o proprietário do veículo B;
- c) se o proprietário do veículo A propuser a ação indenizatória apenas em face do condutor do veículo B, a seguradora deste poderá ser denunciada à lide;
- d) se a seguradora do veículo A realizar o pagamento administrativo dos danos que este tenha sofrido, não terá direito de regresso em relação ao causador do sinistro.

QUESTÕES DISCURSIVAS

1) Discorra sobre: a importância da citação no processo; as modalidades previstas no Código de Processo Civil; os efeitos da revelia em cada uma dessas modalidades, no processo de conhecimento e no processo de execução, bem ainda quando houver litisconsórcio passivo.

2) Quais são as fases de um processo de execução por quantia certa? Existe fase instrutória? Quais são os meios possíveis para o executado se defender de uma execução? E o que pode ser arguido como defesa em cada um deles?